

Formato da contribuição	Nome	Instituição/ Entidade	Solicitação/Contribuição	Resposta
Escrita	Fernanda Arruda	Sociedade civil	1. Manifesta seu apoio à aprovação do Plano Diretor, entendendo que o plano proposto é extremamente necessário para o desenvolvimento da cidade de Valinhos	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Carlos Simões Ferreira	AMARCA	1. Posicionamento da AMARCA com relação ao Plano Diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Jânio da Silva Godoy		1. Se manifesta a favor da mudança de zoneamento para que não haja parcelamento do solo clandestino	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Patricia Zanchetta Ferrera	Sítio Santa Clara	1. Posicionamento da AMARCA com relação ao Plano Diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Flauzino A. Ferreira Neto		1. Se posiciona a favor da liberação comercial e predial no Country Club, em especial na Av. Dr. Antônio Bento Ferraz 2. Informa que quer investir e gerar empregos e receita para cidade	A proposta de zoneamento da região do Country Club vem ao encontro do resultado do processo participativo, o que inclui a Oficina de Bairro realizada no local e as manifestações da Associação de Moradores Country Club
Escrita	José Luiz Fernandes	Associação Engenheiros e arquitetos de Valinhos	1. Sugere a criação de ZEIS nos vazios urbanos onde há infraestrutura implantada diminuindo o custo de implantação	Foi demarcada Zona Especial Interesse Social - ZEIS em vazios urbanos identificados no bairro Frutal, com parâmetros urbanísticos específicos, com foco na inclusão da população de menor renda ao direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura
Escrita	Adriana Vidal		1. Solicita alteração de zoneamento conforme processo 2358/2012	Contemplado ( <b>Etapa 6</b> )
Escrita	Hélio João Gazetta		1. Propõe ampliação da passagem da linha férrea no bairro Jardim São Marcos para aumento do fluxo de veículos	Contemplado, vide Intervenções Estratégicas (IE7), <b>Capítulo 5 (Etapa 6)</b>
Escrita	Ricardo Simões Ferreira		1. Posicionamento da AMARCA com relação ao plano diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Arlete Guimarães		1. Aprova o Plano Diretor e a regulamentação da região do Macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Luis Gustavo Betulla		1. Se diz a favor do Plano Diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Humberto Queiroz Guimarães	Sítio Barroquinha	1. Aprova o Plano Diretor para preservar o meio ambiente e a qualidade de vida do bairro Macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Alcir Previtalo		1. Se manifesta favorável ao Plano Diretor para a manutenção do bairro Macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Margarete Fernandes Ferreira		1. Propõe a liberação da Avenida Doutor Antônio Bento Ferraz como Rua comercial	A Av. Dr. Antonio Bento Ferraz está localizada em duas zonas, sendo estas: Zona Mista de Baixa Densidade - ZM e Zona Residencial de Baixa Densidade 1 - ZR1 identificadas no Mapa Zoneamento Urbano, e cujos usos permitidos e parâmetros urbanísticos são apresentados no Quadro 5.5.1.2-1(Etapa 4, disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )
Escrita	Waldemar Eduardo Zeglio		1. Como morador do Macuco se diz favorável e aprova o Plano Diretor para que se preserve o bairro garantindo a qualidade de vida a população	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Susana Proost		1. Manifesta-se favorável ao Plano Diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos

Escrita	Hairton Martins de Oliveira	associação dos moradores do Jardim Palmares	1. Solicita regularização do Jardim Nova Palmeiras 1 e 2 preservação das áreas verdes 2. Ampliação da APA Serra dos Cocais	1. A delimitação das Áreas Estratégicas de Regularização Fundiária – AERF corresponde aos núcleos urbanos irregulares existentes em Valinhos, conforme Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018 e a Lei Municipal nº 4.685/ 2011 2. A proposta do Plano Diretor indica a necessidade de regulamentar a APA Serra dos Cocais, com foco na conservação das áreas com fragilidade ambiental. A alteração do perímetro da APA deve ser objeto do Plano de Manejo
Escrita	Cíntia Zaparoli	Sindicato dos Arquitetos de São Paulo	1. Solicita prever o instrumento ZEIS (Urbana e Rural) para inserir núcleos residenciais na área urbana e na área rural 2. Questiona a justificativa do aumento da área destinada à urbanização 3. Solicita a ampliação da APA Serra dos Cocais	1. Foi demarcada Zona Especial Interesse Social - ZEIS em vazios urbanos identificados no bairro Frutal, com parâmetros urbanísticos específicos, com foco na inclusão da população de menor renda ao direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura 2. O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica. Dessa forma, a definição das áreas de expansão urbana utilizou como metodologia a projeção da demanda habitacional e por centros logísticos, empresas, indústrias, galpões de uso diverso, hotéis, centros de lazer, comércios para o ano de 2030, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor 3. A proposta do Plano Diretor indica a necessidade de regulamentar a APA Serra dos Cocais, com foco na conservação das áreas com fragilidade ambiental. A alteração do perímetro da APA deve ser objeto do Plano de Manejo
Escrita	Gil Chinelaso		1. Sou do bairro Macuco e estou de acordo com o plano diretor apresentado será útil para a preservação do meio ambiente e bom desenvolvimento da área do macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Daniel Augusto		1. Solicita alteração do zoneamento no bairro Frutal para adequar a área urbana no entorno dos edifícios construídos	Segundo a proposta, o bairro Frutal se situa na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), com parâmetros urbanísticos específicos, com foco na inclusão da população de menor renda ao direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura, conforme Mapa Zoneamento Urbano e o Quadro 5.5.1.2-1, <b>Capítulo 5 (Etapa 6)</b>
Escrita	Ruth Marie Quimbara Shirashi		1. Se manifesta quando à aprovação do Plano Diretor, sendo a favor da expansão da expansão Urbana na região do Macuco e Capivari	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Dalva Benedita Faria		1. Se manifesta quando à aprovação do Plano Direto, pois entende como moradora que precisam regulamentar a expansão Urbana	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Karina Camargo Rosini		1. Solicita manutenção da área mínima de 300 metros quadrados para Fazenda Santana na Rua José Mamprim bairro Santa Carolina	Imóvel inserido na Macrozona de Desenvolvimento Orientado - MDO, cujos parâmetros urbanísticos estão apresentados no Quadro 5.5.1.2-1 ( <b>Etapa 4</b> , disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )
Escrita	Valéria Maria Queiroz Guimarães Camargo de Campos		1. Se manifesta a favor do Plano Diretor reconhecendo a necessidade de um crescimento organizado no bairro Macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Neusa Rocha		1. Se manifesta a favor do do desmembramento no joapiranga com lotes de 500 metros	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Escrita	Antonio Carlos Panunto	Mobiliza Plano Diretor e Dorothy Stang	1. Questiona sobre quando será apresentada a minuta de lei para proposição e critica o tempo de fala	As propostas das minutas de leis do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são objetos da Etapa 7, conforme consta na <b>Etapa 1 - Plano de Trabalho</b> disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>

Escrita	Sebastião Maria	Associação Vila moletta	1. Sugere a proibição de comércio de qualquer natureza dentro de condomínios ou bolsões de segurança	Contemplado. Os Bolsões de Segurança serão garantidos pelo Plano Diretor, devendo ser respeitada as restrições estabelecidas no momento de sua instituição, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.015/1996
Escrita	Bernadete Martini		1. Se manifesta quanto a apresentação entendendo que os temas foram amplos e vagos diz ainda que há muita oferta de moradia ( aluga-se vende-se), se diz filha de produtores e Comerciantes de figo e por isso entendi que Estão organizando áreas demais enquanto deveria se incentivar a agricultura	A proposta do Plano Diretor prevê o aumento das áreas destinadas às atividades rurais (Macrozona de Desenvolvimento Rural Sustentável), cujo objetivo é “Estimular as atividades rurais, a agricultura familiar e o agronegócio, com práticas sustentáveis e inovadoras de manejo do solo, compatíveis com proteção da biodiversidade, do patrimônio natural, dos recursos hídricos e das demais condicionantes físico- ambientais”
Oral	Daniel Pazinato		1. Considera que o Plano Diretor proposto está muito bom e atende as várias demandas do município 2. Destaca que nas revisões de planos diretores municipais não se aprofunda na análise dos vazios urbanos, pela dificuldade na comprovação da situação legal de lotes e glebas, situação locacional e dimensão dos lotes. Como em 95% dos casos os lotes não são lindeiros, não apresentam condições legais, técnicas e urbanísticas para seu aproveitamento em projetos de habitação popular	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Luís Roberto	Vista desenvolvimento	1. Considera que a revisão do Plano Diretor é muito importante para o município e a proposta apresentada se mostra de forma equilibrada pois prevê áreas para conservação e preservação dos recursos naturais 2. Informa que o município de Valinhos por encontrar-se numa posição estratégica na RMC, sofre várias pressões e se não houver preparo para receber essas pressões de forma ordenada e estruturada, o caos levantado só tende a piorar 3. Acredita que a população deve se juntar ao empresariado e ao poder público para poder estar apto a receber o crescimento que está sendo previsto para os próximos anos 4. Prever a expansão urbana de forma controlada, orientar a ocupação e trazer mais investimentos ao município para que seja garantida a qualidade de vida que existe hoje e até melhorar	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Nelson José Beraquet		1. Informa que o Sítio de Recreio dos Cafezais não tem acesso a tratamento de esgoto 2. Pondera sobre cidades, as legislações e a formação da cidade de Valinhos 3. Com base em seu bom senso e sua opinião entende que o Plano vigente deve ser mantido em vigor até que suas obras e projetos sejam concluídas ou no mínimo que a revisão em curso seja mais amplamente discutida e seja disponibilizada a minuta de lei para consulta	Conforme estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser revisado a cada dez anos, conforme estabelece o inciso 3º do Art. 40 da referida lei

Oral	Eduardo Walker		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento necessário para região do Parque Portugal e da Rodovia Dom Pedro I</li> <li>2. Expansão da área urbana e permeabilidade da área Central</li> <li>3. Incentivo a logística e Indústria, criação de novos empregos</li> </ol>	<p>1 e 3. A proposta prevê Áreas Estratégicas de Desenvolvimento Econômico ao longo da Rodovia dos Agricultores e da Rodovia Dom Pedro I, pois se constituem como importantes eixos de articulação metropolitana, com potencial para receber atividades econômicas</p> <p>2. O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor</p>
Oral	Maria Júlia Souza		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Moradora das Chácaras Alpinas, informa que há 3 nascentes na sua propriedade</li> <li>2. Solicita que seja resguardada a ecologia, a mata e quer que a cidade mantenha esse cuidado</li> <li>3. Disse que Geo Brasília não considerou a região como aspecto estético ou turístico e encontra-se indignada por ter as propriedades lá fracionadas e a água que vem para a cidade totalmente comprometida</li> <li>4. Manifesta-se contrária aos trabalhos, devendo-se conversar mais sobre isso</li> </ol>	<p>1 e 2. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, conforme dispõe o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01). Destaca-se que as nascentes e os córregos são protegidos pelo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), sendo que a lei municipal não pode apresentar parâmetros menos restritivos que a norma federal.</p> <p>3. A proposta apresenta a necessidade de elaboração do Plano de Turismo, como importante instrumento para o desenvolvimento do setor no município. Propõe-se ainda, de forma inovadora, duas Macrozonas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo medidas específicas, com foco na preservação dos recursos hídricos que contribuem para a captação superficial de água para abastecimento público, como por exemplo “exigir Faixas Verdes Complementares – FVC de 30 metros a partir da Área de Preservação Permanente – APP exigida pelo Código Florestal, ou lei federal que vier a lhe substituir para fins de ampliar a faixa de proteção ambiental dos corpos d’água, incrementar a permeabilidade do solo urbano, servir de suporte para a implantação das bacias de retenção de águas pluviais”</p> <p>4. A metodologia para construção do projeto e do processo participativo respeita as premissas e os instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho Nacional da Cidade e na Etapa 1 – Plano de Trabalho, aprovado pela prefeitura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a></p>
Oral	Marcos Martini		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manifesta sua preocupação considerando o aumento da área urbana e da verticalização com muita mudança e de alto custo para a administração pública</li> </ol>	<p>Comparando-se a área urbana e de expansão estabelecida pelo Plano Diretor III vigente (Lei Municipal nº 3.841/2004 e alterações posteriores), a proposta de revisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta a área rural do município</li> <li>• Mantém a área urbana atual</li> <li>• Diminui a área de expansão urbana</li> <li>• Estabelece macrozonas de proteção ambiental e de mananciais sendo mais restritivo do que a legislação vigente.</li> </ul> <p>As informações atualizadas estarão na Etapa 6</p>
Oral	Rafael Cossielo	AEVAL	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Indaga o que queremos para Valinhos considerando que a a previsão de 200 mil habitantes em 2050</li> </ol>	<p>O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica. Dessa forma, a definição das áreas de expansão urbana utilizou como metodologia a projeção da demanda habitacional e por centros logísticos, empresas, indústrias, galpões de uso diverso, hotéis, centros de lazer, comércios para o ano de 2030, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor</p>
Oral	Valter Cren	Amanari Tupi	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Explana sobre sua percepção quanto ao adensamento da região central em função da mobilidade, entretanto entende que a expansão urbana, planejada e respeitando o meio ambiente é necessária ao desenvolvimento</li> <li>2. Reitera que a APA Serra dos Cocais, não poderia ter sido instituída da forma como foi em 2004, sendo inconstitucional conforme regras do SNUC</li> </ol>	<p>Destaca-se que a proposta apresenta os critérios de exigibilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, os quais consideram projetos que possuam características que poderão alterar ou impactar o ambiente construído e/ou natural, e/ou sobrecarregar a capacidade da infraestrutura existente, ou ainda causar incômodos excessivos como ruído e poluição. No EIV devem constar as medidas mitigadoras a serem executadas pelo empreendedor, inclusive no que diz respeito à mobilidade e saneamento básico</p>

Oral	Sérgio Augusto Bernardo de Campos	Associação dos Engenheiros e arquitetos de Valinhos	1. Manifesta-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do plano, justifica que uma das razões é a diminuição da antiga região da logística sem apresentação de justificativas, sugere que a região da Rodovia Dom Pedro seja Zona de Desenvolvimento Econômico 1 - ZDE1	1. Manifestação recebida e contabilizada na Etapa 5 do Plano Diretor Municipal de Valinhos 2. A solicitação foi contemplada uma vez que a Rodovia Dom Pedro I é definida pela proposta como Áreas Estratégicas de Desenvolvimento Econômico (AEDE 1) cujo objetivo é vocacionar áreas e espaços para a instalação de novos empreendimentos, que possibilitem a geração de postos de trabalho e renda, aproveitando e garantindo o potencial econômico das rodovias que cruzam Valinhos (Etapa 4, disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )
Oral	José Olímpio Fagundes Cunha	Associação de Engenheiros	1. Manifesta-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do plano diretor, entende que deverá ser discutido posteriormente a regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e a retirada da proposta a Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo	A regulamentação dos instrumentos urbanísticos no Plano Diretor, conforme prevê o Estatuto da Cidade, possibilita a sua autoaplicabilidade, garantindo maior alcance aos seus propósitos e a efetivação das diretrizes da Política Urbana
Oral	Sandrine Silva	Associação dos Amigos do sítio de recreio dos Cafezais	1. Se manifesta quanto ao loteamento Sítio Recreio dos Cafezais	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Mário Antônio Masteguin	Associação dos Engenheiros	1. Se manifesta quanto a Zona de Desenvolvimento Econômico e a área da Fazenda Remota, reforçando ainda seu posicionamento contra o encerramento dos trabalhos de revisão do plano diretor	Na área da Fazenda Remota incide a Área Estratégica de Conservação – AEC, pois se identificou a existência de relevância ambiental para o município. Sua delimitação foi ampliada, respeitando o resultado do processo participativo.
Oral	Rodrigo Sanches Garcia	Ministério Público de São Paulo gaema	1. Se manifesta sobre a alteração do zoneamento na APA Serra dos Cocais, quanto à proposta do reconecta, a ampliação do perímetro urbano de Valinhos, a distribuição dos ônus e benefícios da urbanização e faz considerações sobre o texto legal 2. Entende que é necessário ampliar as discussões e disponibilizar a minuta de lei para consulta pública	1. O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica. Dessa forma, a definição das áreas de expansão urbana utilizou como metodologia a projeção da demanda habitacional e por centros logísticos, empresas, indústrias, galpões de uso diverso, hotéis, centros de lazer, comércios para o ano de 2030, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor 2. A metodologia para o processo participativo respeitou as premissas e os instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho Nacional da Cidade e na Etapa 1 – Plano de Trabalho, aprovado pela prefeitura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>
Oral	Jaqueline JC Marcel		1. Posiciona-se contra a mudança, pois entende ser necessário áreas rurais para proteção das nascentes	Comparando-se a área urbana e de expansão estabelecida pelo Plano Diretor III vigente (Lei Municipal nº 3.841/2004 e alterações posteriores), a proposta de revisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta a área rural do município</li> <li>• Mantém a área urbana atual</li> <li>• Diminui a área de expansão urbana</li> <li>• Estabelece macrozonas de proteção ambiental e de mananciais sendo mais restritivo do que a legislação vigente.</li> </ul> As informações atualizadas estarão na Etapa 6

Oral	Juliano Fujita	Mobiliza Plano Diretor Valinhos	<p>1. Questiona qual a estratégia para recarga do aquífero, de fornecimento de água para Valinhos</p> <p>2. Se posiciona quanto à data de resposta da Prefeitura à Defensoria Pública, entendendo que a não apresentação deste material com a devida antecedência e empenho demonstram desrespeito à População</p>	<p>1. Conforme estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o qual tratará das diretrizes que se referem à Política Urbana. Dessa forma, não é da sua atribuição traçar estratégias de recarga de aquífero, considerando que tema este que possui interface regional, devendo ser abordado através dos Comitês de Bacias.</p> <p>Destaca-se que, de forma inovadora, o Plano Diretor propõe duas Macrozonas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo medidas específicas, com foco na preservação dos recursos hídricos que contribuem para a captação superficial de água para abastecimento público, como por exemplo “exigir Faixas Verdes Complementares – FVC de 30 metros a partir da Área de Preservação Permanente – APP exigida pelo Código Florestal, ou lei federal que vier a lhe substituir para fins de ampliar a faixa de proteção ambiental dos corpos d’água, incrementar a permeabilidade do solo urbano, servir de suporte para a implantação das bacias de retenção de águas pluviais”</p> <p>2. Manifestação recebida e contabilizada na Etapa 5 do Plano Diretor Municipal de Valinhos</p>
Oral	Isilda	moradora Country Club	<p>1. Discordância com a atual proposta para o Plano Diretor</p> <p>2. Dois processos instaurados junto à Defensoria Pública e Ministério Público Estadual, sem resposta adequada à população</p> <p>3. Cancelamento da audiência pública</p>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Félix Chorro		<p>1. Preocupa-se com o verde e água de Valinhos</p> <p>2. Mais habitantes na cidade significa mais vagas nas creches e escolas, mais postos de saúde, mais água e esgoto</p> <p>3. O importante de uma cidade é que o povo tenha qualidade de vida</p> <p>4. Valinhos foi uma cidade fundada e não projetada para expansão urbana</p>	<p>1. O Plano Diretor propõe, de forma inovadora, duas Macrozonas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo medidas específicas, com foco na preservação dos recursos hídricos que contribuem para a captação superficial de água para abastecimento público, como por exemplo, exigir Faixas Verdes Complementares – FVC de 30 metros a partir da Área de Preservação Permanente – APP exigida pelo Código Florestal, ou lei federal que vier a lhe substituir para fins de ampliar a faixa de proteção ambiental dos corpos d’água, incrementar a permeabilidade do solo urbano, servir de suporte para a implantação das bacias de retenção de águas pluviais</p> <p>2 e 3. O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor</p> <p>4. O Plano Diretor se constitui como principal instrumento para o desenvolvimento urbano da cidade, conforme estabelece o Estatuto da Cidade, com objetivo de planejar o crescimento de Valinhos para os próximos 10 anos.</p>
Oral	Éder Trevisan		1. Manifesta-se contra alteração de zoneamento da Fazenda São Bento do Jardim	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	André Luiz Camargo		1. Expõe, como morador de Valinhos, sua percepção quanto ao momento em que a cidade se encontra no sentido de crescimento e criação de oportunidades e empregos	O Plano Diretor apresenta inúmeras ações com objetivo de fomentar a o desenvolvimento econômico de Valinhos
Oral	Edvaldo Alcântara Alves	Associação Jardim São Bento	1. Solicita a mudança de zoneamento das ruas Benedito da Silva e Itatiba para comercial	As referidas vias estão inseridas na Zona Mista de Baixa Densidade - ZM, que permite usos não residenciais compatíveis ao uso residencial, definidos por meio de parâmetros de incomodidade e indicando medida mitigadora de modo a minimizar os conflitos de uso ( <b>Etapa 4</b> , disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )

Oral	Leonardo Camanzi		1. Propõe o desenvolvimento através do diálogo harmônico	Destaca-se que proposta apresentada teve como desafio a harmonização entre os desejos conflitantes da população em adotar o modelo de cidade compacta, com foco no adensamento, e manter as características exclusivamente residenciais de baixíssima densidade, em bairros dotados de infraestrutura. Importante mencionar que a existência de conflitos é inerente a produção das cidades.
Oral	Marco Antônio Vicentini		1. Meio ambiente e água (o participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação)	O Plano Diretor propõe, de forma inovadora, duas Macrozonas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo medidas específicas, com foco na preservação dos recursos hídricos que contribuem para a captação superficial de água para abastecimento público, como por exemplo “exigir Faixas Verdes Complementares – FVC de 30 metros a partir da Área de Preservação Permanente – APP exigida pelo Código Florestal, ou lei federal que vier a lhe substituir para fins de ampliar a faixa de proteção ambiental dos corpos d’água, incrementar a permeabilidade do solo urbano, servir de suporte para a implantação das bacias de retenção de águas pluviais
Oral	Tiago Duarte da Conceição		1. Posicionamento da AMARCA quanto à proposta do plano diretor	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Hélio Ferraz	Associação Residencial Vale Verde	1. Representa o Residencial Vale Verde e coloca-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor 2. Refere-se à questão dos vazios urbanos e considera a alteração da metragem de 5mil/m2 para 500m2 como especulação imobiliária 3. Quer que haja debate e se coloca a favor dos empresários para a criação de empregos	O bairro Vale Verde está inserido na Zona Residencial de Baixa Densidade 1 - ZR1 para a qual se manteve o lote mínimo estabelecido no Plano Diretor III vigente (1.000 m²)
Oral	Maria Luiza Cavalheiro		1. Recomenda a continuidade das discussões, não sendo encaminhado o Projeto de Lei à Câmara Municipal, por entender que o zoneamento proposto não se adequa à realidade de Valinhos, gerando conflitos de vizinhança, intensificando as questões de mobilidade e drenagem e desvalorizar os imóveis devido à desconfiguração do município	Visando diminuir os conflitos de vizinhança identificados no município, a proposta prevê a adoção de parâmetros de incomodidade como critério para licenciamento das atividades econômicas em Valinhos, com base nas medidas de poluição sonora, poluição atmosférica, poluição por resíduos sólidos, poluição hídrica, porte do empreendimento, geração de tráfego, poluição visual, vibração, periculosidade. Ademais, a proposta apresenta os critérios de exigibilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, os quais consideram projetos que possuam características que poderão alterar ou impactar o ambiente construído e/ou natural, e/ou sobrecarregar a capacidade da infraestrutura existente, ou ainda causar incômodos excessivos como ruído e poluição. No EIV devem constar as medidas mitigadoras a serem executadas pelo empreendedor, inclusive no que diz respeito à mobilidade e saneamento básico
Oral	Alfredo Otávio de Freitas Parreiras	Associação dos Engenheiros arquitetos e agrônomos de Valinhos	1. Manifesta-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do plano diretor entendendo que a proposta não contempla a revisão das diretrizes setoriais apresentadas no plano diretor Municipal de 2004	Os primeiros ciclos de Planos Diretores elaborados pós Estatuto da Cidade (2001) adotaram visões e diretrizes setoriais, entretanto, mais recentemente entre o 1º e 2º ciclo de revisões, somadas à visão proposta pela Nova Agenda Urbana e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os especialistas e urbanistas chegaram ao entendimento de que a leitura, no Plano Diretor ocorre de modo transversal entre estes temas, cabendo às políticas setoriais se pautarem nas diretrizes gerais previstas pelo Plano Diretor
Oral	Maria Regina da Silva e Souza		1. Se diz desapontada com o método, proposta e resultados da Revisão do Plano Diretor até o momento 2. Entende que o Plano proposto não representa os anseios da sociedade civil	A metodologia para construção do projeto e do processo participativo respeita as premissas e os instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho Nacional da Cidade e na <b>Etapa 1 – Plano de Trabalho</b> , aprovado pela prefeitura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>
Oral	Marcelo Luiz Alvarenga	AEVAL	O participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos

Oral	Wilson Santos		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano diretor /comércio</li> <li>2. Presidente da União do Comércio e Serviços de Valinhos e representa o Força Valinhos</li> <li>3. Do custo do município, a indústria, o comércio e os serviços representam 70%, já o IPTU representa apenas 22-23%</li> <li>4. O Plano pode ser aprovado com ressalvas, adequações para que as coisas sejam feitas da melhor maneira possível para que Valinhos cresça com conteúdo e qualidade de vida</li> <li>5. Sem indústria, sem emprego, sem distribuição de renda, Valinhos vai virar cidade dormitório</li> </ol>	O Plano Diretor apresenta inúmeras ações com objetivo de fomentar a o desenvolvimento econômico de Valinhos
Oral	Maria Elizabeth Guimarães		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manifesta-se a favor do plano diretor</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Rodolfo Queiroz Guimarães		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se diz favorável ao plano diretor</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Elza Cláudia dos Santos Torres	CMAU - OAB	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Posicionamento da comissão de Meio Ambiente e urbanismo da OAB Valinhos</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Adilson Airoidi		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Posicionamento da AMARCA quanto a proposta do plano diretor</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Maria José de Couto Correia		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Questiona o que aconteceu com o Parque Valinhos, neste sentido diz que o bairro é composto por 340 chácaras que pagam IPTU e que não tem retorno em infraestrutura, indagando assim quais as proposta previstas para o bairro na revisão do Plano Diretor</li> </ol>	O Parque Valinhos está inserido na Zona Residencial de Baixa Densidade - ZR 1, que são porções do território onde o uso residencial de baixíssima densidade construtiva e demográfica é predominante, sendo que um dos objetivos da ZR1 é "Ampliar e qualificar a infraestrutura urbana instalada"
Oral	Alexandre de Jesus		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Entende que o Plano Diretor III, vigente, está adequado à realidade do município, devendo ser este revisado e não elaborado um novo</li> </ol>	Conforme estabelece o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser revisado a cada dez anos, conforme estabelece o inciso 3º do Art. 40 da referida lei
Oral	João Cariol dos Santos		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Questiona como o plano diretor prevê a apreciação da vida e legitimação dos estudos de impacto ambiental</li> </ol>	Deve-se atentar a Lei Federal Complementar nº 140/2011, instituída após a Lei Municipal nº 4.186/2007, que atribui aos órgãos ambientais dos Estados a competência para licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais. Segundo a LC (Art. 9º), os municípios são responsáveis pelo licenciamento de empreendimento que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente. Em SP, o CONSEMA fixou, por meio da Deliberação Normativa nº 01/2018, as tipologias permitidas para o licenciamento ambiental municipal. Neste contexto, o município de Valinhos tem firmado acordo com o conselho desde 27 de junho de 2014 para exercer o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos classificados como de baixo e médio impacto local, nos termos do Anexo II e Anexo III da Deliberação Consema Normativa 01/2018 (Processo SMA 6.261/2014). Dessa forma, entende-se que a questão já se encontra regulamentada pela norma federal e pelo acordo firmado com o CONSEMA, sendo aplicado pela equipe da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Valinhos.
Oral	Rodrigo Romão		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Posiciona-se quanto a infraestrutura geral e a ampliação da APA Serra dos Cocais</li> </ol>	A proposta de revisão indica a necessidade de regulamentar a APA Serra dos Cocais, com foco na identificação e conservação das áreas com fragilidade ambiental. A alteração do perímetro da APA deve ser objeto do Plano de Manejo
Oral	Karine Stenico Gouveia		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se posiciona sobre os aspectos de admissibilidade da revisão do plano diretor identificando a possibilidade de ação direta de inconstitucionalidade caso o ato administrativo torne-se lei</li> </ol>	A metodologia para construção do projeto e o processo participativo respeitam as premissas e os instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho Nacional da Cidade e na <b>Etapa 1 – Plano de Trabalho</b> , aprovado pela prefeitura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>



Oral	Amandi Rodelli		1. Posiciona-se sobre a Serra dos Cocais, Alpinas, os recursos hídricos e a biodiversidade, o plano de manejo da APA, atenção ao potencial hídrico e ao abastecimento das próximas gerações (o participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação)	A proposta de revisão indica a necessidade de regulamentar a APA Serra dos Cocais, com foco na identificação e conservação das áreas com fragilidade ambiental. A alteração do perímetro da APA deve ser objeto do Plano de Manejo O Plano Diretor propõe, de forma inovadora, duas Macrozonas de Proteção dos Mananciais, estabelecendo medidas específicas, com foco na preservação dos recursos hídricos que contribuem para a captação superficial de água para abastecimento público, como por exemplo, exigir Faixas Verdes Complementares – FVC de 30 metros a partir da Área de Preservação Permanente – APP exigida pelo Código Florestal, ou lei federal que vier a lhe substituir para fins de ampliar a faixa de proteção ambiental dos corpos d'água, incrementar a permeabilidade do solo urbano, servir de suporte para a implantação das bacias de retenção de águas pluviais
Oral	Tomás Galvão		1. Posiciona-se quanto regulamentação do crescimento urbano através do plano diretor instrumento de grande eficácia para o município e seu desenvolvimento	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Maria Amélia Devitte Ferreira Dazevedo Leite		1. Manifesta-se contrária ao encerramento dos trabalhos de revisão do plano diretor e a continuidade das discussões com a comunidade, entende que falta concisão e clareza dos documentos, sendo necessário separar o caderno técnico e o projeto de lei e que não está clara a revisão das duas leis. 2. Quanto ao aspecto técnico indica inconsistência entre os eixos conceituais e as propostas principalmente quanto à ocupação urbana, a conservação ambiental e a expansão sobre bacias de menor potencial de vazão	1. A metodologia para construção do projeto e o processo participativo respeitam as premissas e os instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho Nacional da Cidade e na Etapa 1 – Plano de Trabalho, aprovado pela prefeitura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a> 2. Comparando-se a área urbana e de expansão estabelecida pelo Plano Diretor III vigente (Lei Municipal nº 3.841/2004 e alterações posteriores), a proposta de revisão: • Aumenta a área rural do município • Mantém a área urbana atual • Diminui a área de expansão urbana • Estabelece macrozonas de proteção ambiental e de mananciais sendo mais restritivo do que a legislação vigente
Oral	Tiago Sorato	Partido dos Trabalhadores	1. Se posiciona quanto ao processo e a forma de condução da audiência pública 2. Entende que a revisão do Plano Diretor deve prever dentre outras políticas públicas, ações e estratégias para o desenvolvimento econômico do município não se atendo exclusivamente ao aumento de arrecadação via IPTU 3. Questiona a não consideração do assentamento Marielle Vive no Plano, entendendo que o direito à cidade é garantido a todos	1. A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, indicado para o processo de revisão e de elaboração de Planos Diretores, conforme estabelece o Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). O referido artigo não regulamenta o roteiro a ser adotado no evento, neste sentido, apesar de extinta, seguiu-se as orientações da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades 2. O Plano Diretor apresenta inúmeras ações com objetivo de fomentar a o desenvolvimento econômico de Valinhos 3. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST tem como um dos objetivos promover a Reforma Agrária, que se constitui como conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.504/1964 – Estatuto da Terra. Segundo a norma federal, o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA é o órgão responsável pela operacionalização da reforma agrária no Brasil. Ademais, conforma já mencionado, cumpre destacar está sub judice no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ-SP o processo de reintegração de posse da ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, intitulada como “Marielle Vive”, por meio do processo nº 1 001352-39.2018.8.26.0650. Diante destas indefinições legais, a revisão não poderá sobrepor às leis e decisões judiciais.
Oral	Gustavo Mutarelli	vista desenvolvimento	1. Destaca a importância do desenvolvimento urbano em harmonia com o meio ambiente precedido de estudos técnicos e com a implementação de medidas compensatórias e mitigadoras	Cumpra mencionar que a proposta apresentada teve como desafio a harmonização entre os desejos conflitantes da população em adotar o modelo de cidade compacta, com foco no adensamento, e manter as características exclusivamente residenciais de baixíssima densidade, em bairros dotados de infraestrutura Destaca-se que a proposta regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, os quais consideram projetos que possuam características que poderão alterar ou impactar o ambiente construído e/ou natural, e/ou sobrecarregar a capacidade da infraestrutura existente, ou ainda causar incômodos excessivos como ruído e poluição. No EIV devem constar as medidas mitigadoras a serem executadas pelo empreendedor, inclusive no que diz respeito à mobilidade e saneamento básico

Oral	José Ricardo Campos		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. José Ricardo Monteiro Camargo de Campos - do Macuco</li> <li>2. Se posiciona totalmente favorável ao Plano Diretor proposto</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Roberto Santos Zimmermann		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Morador do Recreio dos Cafezais, se posiciona a favor do desenvolvimento de forma sustentável e questiona sobre a provisão de infraestrutura de saneamento para o município</li> <li>2. Espera que a população possa participar mais pois não foi escutada</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Recreio dos Cafezais está inserido na Zona Residencial de Baixa Densidade - ZR 2, que são porções do território onde o uso residencial de baixíssima densidade construtiva e demográfica é predominante, sendo que um dos objetivos da ZR2 é "Ampliar e qualificar a infraestrutura urbana instalada"</li> <li>2. A metodologia proposta para o processo participativo se estruturou em dois momentos (conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>): (i) Oficinas Setoriais, onde as trocas ocorreram de modo a subsidiar as premissas do Plano Diretor e debater os desejos dos munícipes, entendendo que neste momento a divisão setorial se faz coerente em função dos desafios que se pretende identificar; (ii) Encontros temáticos, nos quais se propõe identificar os pontos de ajuste da proposta, por meio de debate por tema, uma vez que as percepções, ainda que individuais, devem ser equalizadas em propostas para o município como um todo, preservando a coesão territorial de Valinhos.</li> </ol>
Oral	Abel Simões Ferreira		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. É do Macuco</li> <li>2. Está vivo lá há 57 anos e aprova o Plano Diretor de uma forma sustentável</li> <li>3. Não querem a especulação imobiliária, querem a preservação da natureza, das nascentes, da água e por isso estão aprovando e apoiando o Plano Diretor</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	César dos Anjos Carneiro		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tem duas manifestações a fazer, uma em nome da diretoria da Associação dos moradores do Jardim Paiquerê, que é um bolsão, e outra em seu nome</li> <li>2. Os moradores do bolsão estão preocupados com o projeto de revisão do Plano Diretor de Valinhos, porque o Plano Diretor é uma lei maior do que a lei dos bolsões (lei municipal 3.015/96) e teme que sejam construídos arranha-céus na Rua Paiquerê junto do bolsão, bem como haja instalação de comércio e oficinas dentro do bolsão</li> <li>4. Esse temos demonstra a necessidade de esclarecer mais adequadamente a população, antes de enviar a minuta de projeto de lei para a câmara de vereadores</li> <li>5. A sua manifestação pessoal como engenheiro, não se conforma com o espraiamento da zona urbana da cidade e com o consequente prejuízo da produção de água</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Os Bolsões de Segurança serão garantidos pelo Plano Diretor, devendo ser respeitada as restrições estabelecidas no momento de sua instituição, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.015/1996</li> </ol> <p>A verticalização, assim como estabelece o Plano Diretor III, é calculada em função do tamanho do lote aplicando-se o Coeficiente de Aproveitamento e a Taxa de Ocupação conforme zona em que se encontra o imóvel. O referido bairro encontra-se na Zona Mista de Baixa Densidade - ZM, cujos parâmetros estão disponíveis no Quadro 5.5.1.2-1 (Etapa 4, disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a>)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. As propostas das minutas de leis do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são objetos da Etapa 7, conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a></li> <li>4. O crescimento demográfico de Valinhos é intenso e acima da média regional e do Estado, entre 2010 e 2017 o que demanda novas áreas para urbanização. Como diversas áreas no município tiveram seu zoneamento alterado da classificação como rural para Área de Proteção de Mananciais e Zona de Conservação do Ambiente Natural, ampliando o rigor, a limitação de uso e a ocupação existente na legislação anterior, é necessário criar opções de regiões, que garantam a expansão de novos investimentos, criação de empregos e dinamização econômica, considerando o horizonte de planejamento do Plano Diretor</li> </ol>
Oral	Eduardo Luiz Rodrigues		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se manifesta em apoio a Macrozona de Desenvolvimento Orientado na região do Macuco</li> </ol>	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Maria Camargo Garcia	Observatório da Região Metropolitana de Campinas e rede Nossa Valinhos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Faz parte do Observatório Social da RMC e do Movimento Nossa Valinhos e expõe sua posição entendendo que o que se pediu durante a participação popular não está contemplado a pesar das estatísticas de 80% apresentadas</li> <li>2. Questiona sobre o acesso à infraestrutura de saneamento ambiental, entendendo que antes deve-se levar aos bairros precários e depois aos novos bairros</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Todas as contribuições e manifestações recebidas durante o processo participativo foram tecnicamente respondidas no relatório da Etapa 3 (disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-3-relatorio-consolidado-compilacao-da-percepcao-de">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-3-relatorio-consolidado-compilacao-da-percepcao-de</a>) e neste documento, objeto da Etapa 5.</li> <li>2. A disponibilização e melhoria da infraestrutura urbana ofertada em Valinhos é tema recorrente na proposta do Plano Diretor.</li> </ol>

Oral	Livia Zogaib		1. Se manifesta conta a estrutura do plano diretor e questões ambientais	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Renato José		1. Como morador do Parque Valinhos, se posiciona quanto a ausência de infraestrutura no bairro, principalmente quanto à inexistência de pavimentação para acesso a este 2. Pondera que hoje o lote mínimo é de 2.800m² e que com a redução do lote mínimo serão instaladas novas fossas uma vez que não há infraestrutura de saneamento no local	A aprovação de novos parcelamentos em área urbana deve seguir as premissas propostas pela revisão, estando sujeito inclusive a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) o qual estabelece o atendimento e fornecimento de infraestrutura básica mínima para que o empreendimento seja viabilizado
Oral	Teodor knoch		1. Questiona o parcelamento do solo na MDO, a compensação ambiental com o adensamento, a viabilidade da mobilidade urbana e a redução da área agrícola	Comparando-se a área urbana e de expansão estabelecida pelo Plano Diretor III vigente (Lei Municipal nº 3.841/2004 e alterações posteriores), a proposta de revisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta a área rural do município</li> <li>• Mantém a área urbana atual</li> <li>• Diminui a área de expansão urbana</li> </ul> Estabelece macrozonas de proteção ambiental e de mananciais sendo mais restritivo do que a legislação vigente
Oral	Claudio Queiroz Guimarães	AMARCA	0. Se manifesta, como morador do Macuco, quanto a aprovação do plano diretor, a regulamentação do Macuco, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida 1. Informa que é morador do Macuco e presidente da AMARCA há duas gestões e aprova o Plano Diretor. Conhece a prática e as dificuldades existentes hoje na zona rural. 2. A MDO na região do Macuco, solicitada pelos próprios moradores e não por investidores ou especuladores, é para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida 3. Estão ocorrendo áreas com subdivisões e inúmeras casa de aluguel 4. A agricultura na região vem caindo ano a ano, para se ter uma idéia, em 2010 na escola do Capivari havia 185 alunos e hoje 154 e no bairro do Macuco havia 221 alunos e hoje 128 alunos 5. Inúmeros proprietários de propriedades agrícolas estão desanimados e dispensando os meeiros, até por questão de falta de mão de obra 6. O que existe hoje por falta de regulamentação, são loteamentos irregulares, empresas sendo instaladas na zona rural, devido a falta de diretrizes e barracões dificultando a entrada e saída do bairro 7. Fala-se em Plano Diretor de 300m2 e acha-se pouco, mas já existem lotes de 225m2 nos loteamentos clandestinos 8. A área produtiva em 2010 era de 37% e hoje não chega a 30%, havia 5 granjas e hoje apenas uma 9. Os loteamentos clandestinos não tem tratamento de esgoto, nada regulamentado e apesar de terem solicitado providências da prefeitura, nada foi feito. Dizem que está embargado, mas não sabem o que fazer 10. A área pretendida pela AMARCA foi solicitada pelos proprietários para preservação da região 11. É possuidor da área do Camping do Macuco, onde foram plantadas foram plantadas mais de mil árvores da mata ciliar e mais de 250 palmeiras imperiais. Como possui um espelho d'água de mais de 70mil/m2, a área jamais teria viabilidade para um condomínio, pelas várias áreas de proteção (permanente), tendo o CAR aprovado	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos

Oral	Marta Tavares de Castro Pereira		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coloca que não estão presentes os representantes da Câmara que estavam no começo da audiência e observa que é obrigação dos vereadores fosse ouvir a população</li> <li>2. Pede que não seja encerrada a discussão do Plano Diretor</li> <li>3. Não viu serem contempladas as diretrizes que irão fazer crescer o município, trazer empregabilidade, sustentabilidade e desenvolvimento</li> <li>4. Respeita a AMARCA e entende o apoio ao que está sendo proposto, mas para uma situação específica e não o município como um todo</li> </ol>	O Plano Diretor apresenta inúmeras ações com objetivo de fomentar a o desenvolvimento econômico e sustentável de Valinhos.
Oral	Sandra de Camargo Rangel	CMAU/OAB	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Indica que o plano diretor propõe o adensamento urbano sem justificativa técnica infringindo exigências legais do Estatuto da Cidade, lei que deve ser seguida como base</li> <li>2. Pede que seja apresentado um Plano Diretor na forma de minuta de lei para que seja possível uma análise mais precisa</li> <li>3. Informa que irá impugnar a Audiência por vício de formalidade</li> </ol>	<p>1. O Estatuto da Cidade não prevê regramento quanto ao adensamento urbano, entretanto para proposição da revisão do Plano Diretor, adotou-se como critério ao adensamento a existência de infraestrutura urbana. Ressalta-se ainda que o Coeficiente de Aproveitamento previsto é inferior ao vigente em localidades onde identificou-se a insuficiência de infraestrutura. Ademais, propõe a regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, indicado no Estatuto da Cidade, a qual estabelece contrapartida financeira a ser revertida ao município para construção acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico 1</p> <p>2 e 3. As propostas das minutas de leis do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são objetos da Etapa 7, conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a></p>
Oral	Ana Cristina Ciotto		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manifesta-se contrária ao trabalho de revisão do Plano Diretor III e solicita que não seja encaminhado à Câmara Municipal por desobedecer a exigência de ser elaborado na forma de uma minuta de projeto de lei, para que os vereadores possam apreciá-la e estudá-la</li> <li>2. Sugere que minuta seja novamente levada ao conhecimento dos munícipes até que se esgotem todas as dúvidas e se esclareçam todos os pontos da alteração do Plano Diretor</li> </ol>	As propostas das minutas de leis do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são objetos da Etapa 7, conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a>
Oral	Augusto Mader	Associação Residencial Vale Verde	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Solicita que seja evitada a interligação do Bairro Capela a Vinhedo através do bolsão Vale Verde</li> <li>2. Propõe considerar a faixa marginal à Rod. D. Pedro, estudando uma forma de implantação de logística no eixo Campinas - Porto de Caraguatubá, ou empreendimentos de inovação tecnológica que poderia até ser voltado para a agricultura</li> <li>3. Manifesta preocupação com o caminho dos animais pela área verde pelo caminho que moradores de Vinhedo se utilizam para fugir do pedágio</li> </ol>	A solicitação foi contemplada uma vez que a Rodovia Dom Pedro I é definida pela proposta como Áreas Estratégicas de Desenvolvimento Econômico (AEDE 1) cujo objetivo é vocacionar áreas e espaços para a instalação de novos empreendimentos, que possibilitem a geração de postos de trabalho e renda, aproveitando e garantindo o potencial econômico das rodovias que cruzam Valinhos (Etapa 4, disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )

Oral	Hélio Bortoletto Júnior	Associação de Engenheiros arquitetos e agrônomos de Valinhos	1. Manifesta-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do plano diretor considerando que não há justificativa técnica sobre a criação de Macrozona de Desenvolvimento Orientado no bairro do Macuco e sobre ao longo da estrada de Valinhos- Itatiba, recomendando que a área em questão seja incluída em outra definição de macrozoneamento	A criação da MDO no Macuco foi baseada na legitimidade da demanda realizada pela Associação dos Moradores dos Bairros Macuco, Reforma Agrária e Capivari (AMARCA), com pleito protocolado na Prefeitura Municipal de Valinhos, fundamentada nos seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de ocupações irregulares na região, devido ao grau de restrição de uso imposto pela legislação;</li> <li>• Existência de propriedades que deixaram de produzir;</li> <li>• Problemas de segurança pública, devido ao êxodo da população do local; e</li> <li>• Preocupação com o bem-estar do bairro.</li> </ul> Ademais, a regulamentação urbanística da região permitirá a melhoria da infraestrutura urbana e a disponibilização de áreas públicas, por meio de compensação a serem realizadas pelos empreendedores
Oral	Henrique Conti	Câmara Municipal	1. Manifesta-se quanto à forma de Participação Popular entendendo que foi equivocada não sendo apresentado o plano nos nove setores, entende que há muitas dúvidas e que a proposta deveria ser apresentada na forma de lei para audiência pública	A metodologia proposta para o processo participativo se estruturou em dois momentos (conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a> ): (i) Oficinas Setoriais, onde as trocas ocorreram de modo a subsidiar as premissas do Plano Diretor e debater os desejos dos munícipes, entendendo que neste momento a divisão setorial se faz coerente em função dos desafios que se pretende identificar; (ii) Encontros temáticos, nos quais se propõe identificar os pontos de ajuste da proposta, por meio de debate por tema, uma vez que as percepções, ainda que individuais, devem ser equalizadas em propostas para o município como um todo, preservando a coesão territorial de Valinhos. Ademais, tem-se a elaboração da Audiência Pública como um instrumento de participação popular, indicado para o processo de revisão e de elaboração de Planos Diretores, conforme estabelece o Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). O referido artigo não regulamenta o roteiro a ser adotado no evento, neste sentido, apesar de extinta, seguiu-se as orientações da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades. Dessa forma, entende-se que o processo participativo de revisão do Plano Diretor de Valinhos está amplamente embasado nos dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 e nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade, visando envolver ao máximo a sociedade civil na construção do projeto
Oral	Teresita Amaral	centro de cidadania defesa dos direitos humanos e Desenvolvimento Social Dorothy stang	1. Manifesta-se contra o encerramento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor III e encaminhamento do projeto de lei à Câmara Municipal 2. Aponta total ausência de apresentação de propostas que determinem a implementação das políticas de assistência social, bem como ausência de apresentação de propostas de um plano de habitação, de política educacional, saúde e outras 3. Recomenda que seja feita a revisão do Plano Diretor III a fim de serem apontados em relação às políticas públicas em geral, quais precisam ser ampliadas, mantidas ou consideradas superadas por terem atingido seus objetivos, tendo em conta o crescimento populacional do município	1. As propostas das minutas de leis do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são objetos da Etapa 7, conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a> 2 e 3. Os primeiros ciclos de Planos Diretores elaborados pós Estatuto da Cidade (2001) adotaram visões e diretrizes setoriais, entretanto, os novos ciclos de revisões, somadas à visão proposta pela Nova Agenda Urbana e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os especialistas e urbanistas chegaram ao entendimento de que as diretrizes para o desenvolvimento de uma cidade, a serem estabelecidas pelo Plano Diretor, ocorrem de modo transversal entre os diferentes temas, cabendo às políticas setoriais se pautarem na Política Urbana
Oral	Armando Pedro	AEEAV	1. Pondera sobre o recuo das construções as edículas e o fornecimento de planta Popular pela Prefeitura Municipal de Valinhos dentro de um projeto já existente	O Plano Diretor prevê, dentre os Instrumentos de Regularização Fundiária, a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, como ferramenta de promoção à inclusão da população de baixa renda à cidade, nos aspectos social, jurídico, ambiental e urbanístico, nos moldes da Lei Federal nº 11.888/2008 (Item 6.6.5 - Etapa 4, disponível em: <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento-e-meio-ambiente/etapa-4-proposta-tecnica-de-revisao-dos</a> )
Oral	Glauco Azevedo		1. Entende que as buscas atuais seja da população ou dos empreendedores é por cidades sustentáveis, desse modo pondera que a proposta de revisão do Plano Diretor é muito boa em diversos sentidos, entretanto não quanto a sustentabilidade	O tema da sustentabilidade é recorrente na proposta do Plano Diretor, sendo um dos princípios norteadores da Política Urbana de Valinhos: “Apoiar atividades econômicas sustentáveis, fortalecendo as atividades já estabelecidas e estimulando a inovação, o empreendedorismo, a economia solidária e a redistribuição das oportunidades de trabalho no território, tanto na zona urbana como na rural”

Oral	Paulo Afonso Guimarães		1. Como residente do Bairro Macuco, se diz produtor e ativo, e nesse sentido compartilha que seu objetivo não é o parcelamento para venda, e sim para ordenar a produção e evitar a ocupação irregular	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Paulo Gerais de Camargo Rangel		1. Se apresenta como morador do Joapiranga e manifesta-se contra a continuidade do projeto com envio à Câmara, entendendo que não há um consenso entre os participantes 2. Sugere a contratação de nova empresa para que se dê continuidade nos trabalhos	Destaca-se que proposta apresentada teve como desafio a harmonização entre os desejos conflitantes da população em adotar o modelo de cidade compacta, com foco no adensamento, e manter as características exclusivamente residenciais de baixíssima densidade, em bairros dotados de infraestrutura. Importante mencionar que a existência de conflitos é inerente a produção das cidades.
Oral	Maria Cristina Briani	Clube de campo Valinhos e cmma	1. Residente de Valinhos a 7 anos e moradora do Clube de Campo diz ter lido os documentos e a partir desta leitura questiona quanto ao desenvolvimento do turismo local e da agricultura, não entendendo que estão retratados nas propostas 2. Pontua que não identificou onde entraram as solicitações do processo participativo de 2015 nos produtos entregues	1. A proposta prevê diretrizes e ações para a agricultura de Valinhos, notadamente na Macrozona de Desenvolvimento Rural Sustentável –MDRS e propondo o fortalecimento do segmento através da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Especificamente para o segmento turístico propõe-se a elaboração do Plano Diretor de Turismo, objetivando identificar novas potencialidade e fortalecer as existentes 2. As solicitações do processo participativo de 2015 foram analisadas e incorporaram as Etapas 2 e 3 do projeto.
Oral	Pedro Vieira Ribeiro		1. Se manifesta sobre parcelamento de lotes (o participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação)	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Sérgio Leandro Ferrari		O participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Vera Sílvia Maral Beraquet		1. Questionamentos (o participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação)	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Terbio José Brandão Câmara	Associação moradores do country club	1. Questiona qual o gabarito na Zona Residencial 1- ZR1 e se este preserva a morfologia urbana atual conforme divulgado antes	Contemplado. As considerações a cerca da adoção de gabarito para manutenção da morfologia de ocupação das Zonas Residenciais de Baixa Densidade foram recebidas e serão previstas na consolidação d do Plano Diretor III, objeto da <b>Etapa 6</b>
Oral	Letícia Ramalho		1. Sugere que parte do bairro Veneza, que já está entre duas zonas urbanas, seja transformado também um zona urbana	O referido bairro encontra-se localizado na Macrozona de Conservação do Ambiente Natural - MCAN, conforme Mapa Macrozoneamento. Devido às condições e restrições ambientais identificadas, na MCAN não é permitido ocupação e parcelamento do solo de caráter urbano, devendo ser respeitado o módulo rural definido pelo INCRA (20 ha)

Oral	Ricardo Martini de Serio		1. Se manifesta quanto a discordâncias com o plano proposto (o participante não fez o uso da palavra e com as informações descritas na ficha de contribuição não foi possível responder à sua manifestação)	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Fernando Luiz Torsoni	Associação de Engenheiros arquitetos e agrônomos de Valinhos	1. Questiona o que justifica o aumento enorme da área urbanizável do município	Comparando-se a área urbana e de expansão estabelecida pelo Plano Diretor III vigente (Lei Municipal nº 3.841/2004 e alteração posteriores), a proposta de revisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumenta a área rural do município</li> <li>• Mantém a área urbana atual</li> <li>• Diminui a área de expansão urbana</li> <li>• Estabelece macrozonas de proteção ambiental e de mananciais sendo mais restritivo do que a legislação vigente.</li> </ul> As informações atualizadas estarão na Etapa 6
Oral	Ricardo Queiroz Guimarães Camargo de		1. Declara apoio a aprovação do plano diretor como ele é apresentado em especial no que refere a região do macuco	Manifestação recebida e contabilizada na <b>Etapa 5</b> do Plano Diretor Municipal de Valinhos
Oral	Athanis Rodrigues	Partido dos Trabalhadores	1. Apresenta questionamento acerca das nulidades processuais e jurídicas do andamento da discussão sobre a revisão do plano diretor, entende que há incompatibilidade com o estatuto da cidade e a respeito da legislação ambiental	A metodologia proposta para o processo participativo se estruturou em dois momentos (conforme consta na Etapa 1 - Plano de Trabalho disponível desde julho de 2018, em <a href="http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho">http://www.valinhos.sp.gov.br/governo/planejamento-e-meio-ambiente/etapa-1-plano-de-trabalho</a> ): (i) Oficinas Setoriais, onde as trocas ocorreram de modo a subsidiar as premissas do Plano Diretor e debater os desejos dos municípios, entendendo que neste momento a divisão setorial se faz coerente em função dos desafios que se pretende identificar; (ii) Encontros temáticos, nos quais se propõe identificar os pontos de ajuste da proposta, por meio de debate por tema, uma vez que as percepções, ainda que individuais, devem ser equalizadas em propostas para o município como um todo, preservando a coesão territorial de Valinhos Ademais, tem-se a elaboração da Audiência Pública como um instrumento de participação popular, indicado para o processo de revisão e de elaboração de Planos Diretores, conforme estabelece o Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). O referido artigo não regulamenta o roteiro a ser adotado no evento, neste sentido, apesar de extinta, seguiu-se as orientações da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades Dessa forma, entende-se que o processo participativo de revisão do Plano Diretor de Valinhos está amplamente embasado nos dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 e nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade, visando envolver ao máximo a sociedade civil na construção do projeto
Oral	Laerte Moraes		1. Manifesta-se sobre a questão física da cidade com empreendimentos em relação à água 2. Informa que não tomou ciência do processo de revisão, bem como os municípios que residem próximo ao Parque Nova Suíça	Conforme apresentado neste relatório, os bairros Parque Nova Suíça e Capela integram o Setor 03 e 04, cujas oficinas de apresentação da Etapa 4 foram realizadas na EMEB Dom Bosco e na EMEB Cecília Meireles nas datas de 25 e 27/02/2019 respectivamente